

# A HISTÓRIA DO MUSEU

Celso Maria de Mello Pupo

CMP 2.3.17.2

A muitos parecerá que a lei 3751 de 29-1-1969 criou o Museu Histórico de Campinas, quando ela apenas modificou a lei anterior, vigente em 11-3-1958 sob número 1859, conforme projeto apresentado por uma comissão especial em 1949.

Curiosas efemerides as deste museu que registrou as datas de 1949 para o projeto entregue à Câmara Municipal onde dormiu nove anos até março de 1958, transformando-se, então, em lei que não foi cumprida, para se reformar em janeiro de 1969. Há vinte anos que se deseja e se estuda e se projeta um museu histórico para Campinas, senhora da riqueza de uma história empolgante, com sólido direito de contar, há muito mais, com o museu de suas grandezas para encantamento de apreciadores e ensino dinâmico do seu passado. Inexplicavelmente, a Campinas cuita, a Campinas da arte, a Campinas do progresso universitário, a Campinas da ciência médica, a Campinas das riquezas econômicas, tudo devido à operosidade dos seus filhos, não dispõe até hoje de uma mostra do que ela foi, como fundamento do que é e do que será no futuro.

Em 1949, ha vinte anos, o vereador professor Floriano de Azevedo Marques, propôs que a Câmara constituisse uma comissão para estudar a criação de um museu histórico. O então presidente, Dr. Arlindo Joaquim de Lemos Junior, nomeou a comissão, depois acrescida, que se pôs ao trabalho imediato e dedicado.

"A Gazeta" de São Paulo, de 28-2-1949, publicou uma fotografia dos membros desta comissão reunida no salão do Centro de Ciências, na qual figuram, na ordem da colocação: José Dias Leme, Floriano de Azevedo Marques, José de Castro Mendes (secretário), Luso da Rocha Ventura (secretário), Celso Maria de Mello Pupo (presidente), Afonso d'Escragnole Taunay, João Lourenço Rodrigues, Pelágio Alvares Lobo, Celso Ferraz de Camargo, Azael Alvares Lobo e Theodoro de Souza Campos Junior.

Largamente discutido o assunto e cogitada a sede do museu, foi redigido o projeto de lei como nos revela uma carta particular do seguinte teor: "Celso — Mando-lhe, em duplicata, o esboço do Ato de instituição do Museu Histórico com o anexo do Arquivo Municipal de Campinas. Redigi e submeti ao exame do dr. Taunay e ele me devolveu com pequenos acréscimos. Eu recopiei tudo e agora envio a V. para sofrer novo exame e novas e eventuais correções. O pensamento, com a criação do Conselho, foi tirar ao novo instituto sua feição rigidamente burocrática. Não poderei ir a Campinas no dia 10, mas envio o esboço que servirá de base para esses debates. Seria conveniente que v. convidasse um dos membros da comissão para secretariar e reduzir a uma ata simples as prováveis sugestões que sejam apresentadas. Depois disso teríamos nova reunião e adotariamos a formula definitiva para encaminhar ao Prefeito e, por este, à Câmara. Esta é que dirá a última palavra. Não deve a coisa ser muito extensa visto como é o primeiro alicerce; o esboço monetário, que é a verba, já existe — e isso é o melhor. Criada a instituição, as modificações e aperfeiçoamentos, ampliações ou supressões, virão depois. Se vier a São Paulo, procure-me para conversarmos; se não vier, escreva. Um abraço aos companheiros de comissão — que envia o primeiro amigo (a) Pelágio".

O esboço foi aproveitado integralmente com pequenas alterações de caráter prático.

Com o officio de 9-4-1949, assinado pelos membros da comissão em Campinas, faltando, portanto, as assinaturas de Afonso d'Escragnole Taunay e Pelágio Alvares Lobo, foi o anteprojeto entregue ao Presidente da Câmara Municipal. E lá ficou esquecido um trabalho cuidadoso de homens que amavam e dedicavam-se à cultura até que, nove anos depois, João de Sousa Coelho, a nosso pedido, tomou conhecimento do assunto, o fez caminhar resultando a lei 1659 que jazeu dez anos como letra morta com a indiferença dos nossos prefeitos.

Em fins de 1968, aproveitando o desejo do Prefeito de homenagear Guilherme de Almeida, o Clube dos 21 Irmãos Amigos e a Academia Campinense de Letras sugeriram a modificação da lei em vigor mas não cumprida, resultando a nova lei que se promulgou em janeiro último.

Nesta ultima sugestão, foi incluída a do destino do Palácio dos Azulejos, para o que o Clube dos 21 Irmãos Amigos já vinha trabalhando com afinco, como continuador de uma velha campanha da imprensa de Campinas, da qual podemos rememorar alguns lances.

De 30 de junho de 1957, o CORREIO POPULAR, em artigo de Luso Ventura, insistiu na ideia de Campinas possuir seu museu histórico e no Palácio dos Azulejos sugerindo que a ele se juntasse o museu da Arquidiocese, ainda em formação pelo entusiasmo criador do nosso prelado Exmo. Sr. Dom Paulo de Tarso Campos.

No mesmo ano, este jornal que também ouviu José de Castro Mendes e Theodoro de Souza Campos Junior, entrevistou outros elementos ligados ao assunto, ouvindo e transmitindo estes dizeres: "fala o genealogista Celso de Mello Pupo", "também quisemos interpelar o nosso confrade João Batista de Sá" e "quisemos conhecer o pensamento de João Amendo-la". Em 11 de julho, afirmava: "para hoje temos os depoimentos de dois conceituados professores de história, em nossa cidade, os srs. Amaral Santos e Celso Ferraz de Camargo; em 18 de agosto ouviram "a palavra do Dr. Milton Duarte Segurado"; em 14 de novembro era o nome de Dom Paulo de Tarso Campos que vinha elevar a lista de entrevistados, favoráveis a museu e no Palácio dos Azulejos, tendo ele oportunidade de dizer: "se desde já não preservamos esses objetos e documentos que ainda se encontram ao nosso alcance, não será mais tarde que o faremos, quando peças notáveis desse patrimônio já tiverem desaparecido".

Dez anos depois, em novembro de 1967, Guilherme de Almeida falou ao Diário do Povo contra a demolição do Palácio dos Azulejos, afirmando que Campinas "sempre ao inimigo soube dizer não. E o dirá desta vez também". Pelo CORREIO POPULAR vieram as manifestações em favor da conservação da velha casa dos Ferreiras, seriamente ameaçada de demolição, da qual a salvou o Serviço Federal de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tombando-a em 23 do mês.

O Clube dos 21 Irmãos Amigos, presidido por Celso de Castro Mendes, fêz-se patrono destas ideias e reuniu em jantar de 11-10-1967, o diretor dos Museus Pedagógicos do Estado, prof. Vinício Stein Campos, que também significava a presença do Museu Campos Sales estadual e instalado em Campinas; a então Secretária de Educação e Cultura da Prefeitura, profa. Jacy Milani, a quem se subordinava o

Museu de História de Campinas; o diretor do Museu Carlos Gomes, José de Castro Mendes; e o autor deste como diretor do Museu Arquidiocesano de Campinas, todos acordos em instalar seus museus no Palácio dos Azulejos. Desta reunião formou-se comissão presidida por Cleso que, por duas vezes, confabulou com Prefeito Municipal consolidando a realização projetada.

O velho Palácio dos Azulejos está agora sendo vagarosamente desocupado pelos serviços da Prefeitura, que se transferem para o Palácio dos Jequitibás, e, segundo nos assegura o culto e dinâmico prof. José Alexandre dos Santos Ribeiro, diretor da diretoria de Cultura da Prefeitura, serão respeitadas as determinações do artigo 6.º da lei 3751 de 29 de janeiro último, instalando-se ali o Museu Histórico.

Realizando-se a união dos nossos Museus num só prédio, o Museu Histórico de Campinas, o Museu do Movimento de 1932, o Museu Campos Sales, o Museu Carlos Gomes e o Museu Arquidiocesano, sem quebra das próprias personalidades jurídicas e administrativas, mas submetidos a um convenio, Campinas terá um museu digno da importância da cidade.

Outras cidades do interior do Estado estão na dianteira de Campinas com seus museus instalados ou em via de instalação, preservando prédios antigos e históricos preferidos para sedes dos museus. Batataes possui vasta coleção de objetos e documentos históricos, contando ainda com admiráveis trabalhos de Portinari na Matriz da cidade. Botucatu tem seu museu instalado em propriedade particular cedida para este fim, com rica coleção e ótima montagem. Itápolis tem valioso museu instalado pela Prefeitura da cidade. Mococa tem seu museu com patrono campineiro, o Marquês de Três Rios, e coleção de documentário deste titular e do Barão de Monte Santo, com o altar completo de sua primitiva capela, e outros valores. Pinhal tem museu rico instalado em prédio próprio. Ribeirão Preto com sede da antiga fazenda Monte Alegre para museu municipal e com o seu Museu do Café, já se pode apresentar para a historiografia paulista. Rio Claro tem o velho palácio dos Barões de Dourados, tombado para museu, assim como Santos onde o Patrimônio Histórico Nacional está restaurando o bellissimo prédio da Cadeia Velha que abrigará a doação do maior colecionador de antiguidades dos tempos atuais, sr. Francisco de Barros Mello; e tantas outras cidades que se podem relacionar como São Carlos, Sorocaba, Teité, Itu, etc.

Que se leve avante o grande Museu de Campinas; para estudos e desenvolvimento da história e da arte, pois a museologia não é só técnica e lições de história; é também arte, e das mais refinadas. Se a técnica (organização, classificação, catalogação) estatui normas imutáveis, de sentido pedagógico e de sentido estético, a arte é indispensável para compor com toda a sua sutileza, com a sua finura, criando a harmonia que faz o encanto de um ambiente onde se possa "instruir deleitando", como em feliz frase se manifestou um dos nossos mais cultos museólogos.

A arte não se satisfaz com normas técnicas; ela exige uma sutileza inata, uma sensibilidade congênita, um sentido quase etéreo de gosto até nos pequenos detalhes, fazendo um ambiente de agrado generalizado, sem denunciar as particularidades daquela composição, que muitos não dão valor, mas que ao verdadeiro artista não permanece ignorado.